



ATA DA 90ª (OCTAGÉSIMA SÉTIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 16 (dezesesseis) do mês de março de 2022. Em atendimento à recomendação contida no Decreto nº 65.897/2021, que dispõe da medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e dá providências complementares, a 90ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 14h00 às 17:45 horas.

2 – Participantes:

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE
Silverio Crestana – membro do CAE
Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira – Conselheira Fiscal
Gustavo Carvalho Tapia Lira – Conselheiro Fiscal

Secretaria de Governança:

- Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob
- Leila Cristina P. R. Serrano
- Lara de Moraes Forjaz- convidada

3 - Assuntos:

3.1 – Demonstrações Financeiras do Exercício 2021

- Gilsa Eva de Souza Costa – Diretora Administrativa e Financeira - DF
- Ivone Ferraz Anacleto – Gerência de Controle Fiscal e Contábil - GFS;
- Marlí Cândido Dutra – Departamento de Contabilidade e Custos - DFSC
- Juliana Stark – Departamento de Auditoria

Documentos disponibilizados:

- COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM_DEZ21_DF
- Memorando de conclusão de auditoria CPTM
- 2021-12_Explicação_Cta Resultado final
- Demonstrações contábeis 2021
- Notas explicativas 2021 aprovadas em RD 15-03-22
- 2021 CPTM FEPASA – Versão Final
- 2021 CPTM Previdência – Versão Final
- 2021 CPTM Saúde – Versão Final

Tendo em vista a disponibilização do material com antecedência o CAE solicitou a exposição sobre os pontos de destaque para a discussão. A Sra. Marlí – DFSC iniciou a apresentação destacando os aspectos e eventos relevantes da análise das Demonstrações Financeiras – encerramento do exercício de 2021:

- Posição Patrimonial
- Resultado do exercício 2021 x 2020
- Taxa de cobertura dos custos da receita na atividade fim

- Posição do Imobiliário Técnico em Andamento
- Opinião da auditoria independente Mazars

Comentários e Sugestões do Conselho Fiscal e do CAE

O Conselho Fiscal que mencionou ter algumas dúvidas quanto ao *impairment*, as quais foram sanadas após a análise do material apresentado, e ao sistema de bilhetagem, consignando a importância de ouvir a opinião da Auditoria Independente.

O CAE elogiou o trabalho e a didática na apresentação da Contabilidade nas Demonstrações Financeiras, fazendo os seguintes comentários, questionamentos e sugestões:

- Em 2021, observa-se um lucro bruto contra um prejuízo em 2020, tendo como principais pontos o aumento das receitas em 16%, os aportes do Governo do Estado e a redução de despesas administrativas.
- Identificou um efeito significativo na provisão para perdas em clientes em virtude da Pandemia de COVID-19 e questionou sobre os critérios adotados para sua mensuração, ao que foi informado pela contabilidade que utiliza o conceito de perdas esperadas e perdas incorridas. Alertou o CAE sobre a necessidade de controle sobre estes contratos e de manter a consistência no provisionamento.
- Recomendou que as ações tributárias sejam evidenciadas separadamente das ações cíveis porque tem características e riscos diferentes.
- Questionou se foram mantidos os critérios da árvore de decisão para classificação das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários e se a reclassificação de ações e correspondentes valores de provável para possível pode ser atribuída apenas às mudanças de cenário e não de critérios de árvore de decisão; sendo confirmado pela equipe contábil que não houve alteração de critérios, mas tão somente de cenário.
- Questionou qual a estratégia para vencer o prejuízo de aproximadamente R\$ 470.000.000,00, tendo sido esclarecido que se tratam de prejuízos externos a atuação da diretoria executiva, são decorrentes de decisões de Governo, demonstrando que não houve reajuste da tarifa, e se aumentada em R\$5,10 haveria cobertura de 63% dos custos. Alerta também para o mecanismo da Clearing, frisando que na ordem de saque a CPTM não tem atuação direta. Em que pese o acordo ocorrido com o Metrô no que tange o rateio das tarifas, não há gestão direta quanto as políticas. Quanto ao prejuízo apresentado não há compromisso formal do Governo firmado, mas ocorrem reuniões, em que são demonstradas as perdas com "Clearing" e necessidade de reajuste das tarifas.
- Solicitou esclarecimentos sobre as provisões atuariais, em especial, sobre eventual efeito esperado do PDI sobre a base da assistência médica.

3.2. Parecer da Auditoria Independente – Mazars

Foram apresentados pela Auditoria Independente – Mazars os principais aspectos do Parecer emitido sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2021. O

parecer emitido traz ressalva relativa à nota explicativa nº 14.4 sobre a utilização de 73 trens e peças sobressalentes adquiridos pela da Secretaria de Transportes Metropolitanos - STM e não registrados:

“Conforme mencionado na nota explicativa nº 14.4, a Companhia vem utilizando em suas operações 73 trens e peças sobressalentes adquiridos diretamente pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM). O custo desses trens e peças, em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 1.985.849.000, líquido da depreciação acumulada de R\$ 197.825.000 (2020 - 72 trens e peças sobressalentes ao custo de R\$ 1.993.943.000 líquido da depreciação acumulada de R\$ 142.269.000). Nenhum registro contábil desses trens e peças foi efetuado nas demonstrações contábeis da Companhia, dado que tal registro depende de autorização expressa do controlador da Companhia - Governo do Estado de São Paulo, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado de São Paulo - Codec. Consequentemente o ativo não circulante e o passivo, no patrimônio líquido, na conta de capital social estão subavaliados em R\$ 1.985.849.000, os prejuízos acumulados subavaliados em R\$ 197.825.000 e o resultado do período subavaliado em R\$ 55.556.000 em 31 de dezembro de 2021 (2020 - R\$ 1.993.943.000 e R\$ 142.269.000, respectivamente).

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.”

Informou, ainda, a Auditoria que as avaliações foram realizadas tendo como base as características de dependência e subvenção para custeio da CPTM. Nesse sentido, foi excluída a ênfase do exercício de 2020 sobre a continuidade.

Destacou o sócio responsável que aceitou o teste de impairment realizado pela Companhia, apesar de entender que outras alternativas para o valor justo e de uso devam ser exploradas em 2022. Justificou sua posição no fato da tarifa de transportes ser definida pelo Estado, não tendo parâmetros na inflação, dólar, ou real valor de custo, bem com, a continuidade das assegurada em virtude da peculiaridade de ser empresa pública, com subvenção de custo e investimentos e a reposição dos ativos com auxílio do Governo do Estado.

Informaram, ainda, que os argumentos da auditoria são baseados no quadro real, sem ressalvas, garantindo que não há nada sedimentado para publicação, tendo sido acolhidos por corretos os procedimentos e peculiaridades da CPTM na divulgação dos aportes e subvenções.

Comentários e Sugestões do Conselho Fiscal e do CAE

O Conselho Fiscal perguntou à equipe da Auditoria Independente Mazars se estão de acordo com o reconhecimento e divulgação das receitas e despesas da empresa, bem como dos critérios adotados para o teste de impairment. Sobre as receitas e despesas a resposta da Auditoria foi positiva e, sobre o impairment de ativos, mencionaram a orientação dada à Companhia de retomar a análise em busca de outros parâmetros para endereçar o valor justo dos ativos.

Em síntese, foram solicitados pelo CAE à equipe da Auditoria Independente os seguintes esclarecimentos e feitas as seguintes recomendações:

- Descrever os critérios de materialidade adotados pela auditoria na Companhia. Esclareceu o sócio responsável que, de modo geral, utilizam o critério de 1% do ativo total e que, para alguns testes, 60-80% da materialidade. O CAE solicitou que seja apresentado detalhamento dos critérios.
- Sobre o *impairment*, o CAE recomendou que seja realizada nova discussão com a Contabilidade e a Auditoria para o exercício de 2022. Compreendeu, no entanto, que os critérios adotados pela Companhia atualmente no teste de *impairment* são fundamentados em parecer técnico e aderentes às peculiaridades das operações, restringindo a aplicação de critérios mais usuais, como FCFD e valor de mercado.
- Questionou sobre os testes realizados nos estoques. Respondeu a equipe da Mazars que realizou inventário físico em dois locais acompanhados da Auditoria Interna da Companhia e que não foram identificadas divergências nas quantidades.
- Sobre contratos com fornecedores, questionou o CAE sobre os testes realizados e solicitou que a Mazars envie maior detalhamento sobre número e valor total dos contratos, amostragem e outros procedimentos.
- Questionada sobre a tratamento dado às ações judiciais em curso na Companhia e seus riscos, a Auditoria informou que o jurídico interno fornece relatório e faz a circularização com a totalidade dos advogados externos.
- Sobre transações com partes relacionadas, informou a Auditoria que não fez circularização. Recomendou o CAE que sejam analisadas as transações mais relevantes.

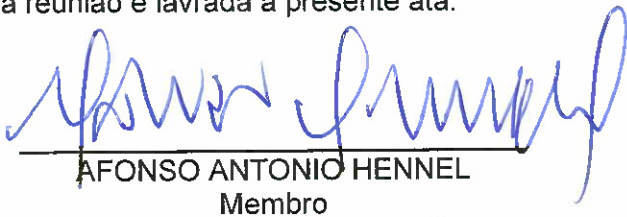
4 - Pendências:

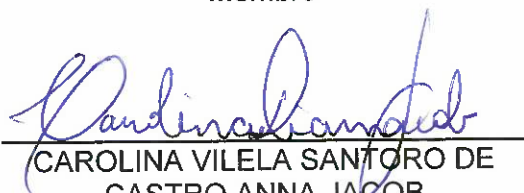
PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Elaboração da minuta da manifestação do CAE	Secretaria de Governança
Elaboração da minuta da ata da reunião	Secretaria de Governança
Quadro demonstrativo de circularização de fornecedores	Auditoria Independente

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora


SILVÉRIO CRÉSTANA
Membro


AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro


CAROLINA VILELA SANTORO DE
CASTRO ANNA JACOB
Secretária